



## **60º Encontro do Colégio de Presidentes Tribunais Regionais Eleitorais Brasília – DF**

### **ATA DO 60º COPTREL**

Aos 24 dias do mês de junho do ano 2013, às nove horas, no Setor de Administração Federal Sul (SAFS) do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, localizado na cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais - COPTREL, nas pessoas de seus representantes, para cumprir a programação previamente elaborada. Deu-se início ao pronunciamento da Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, que agradeceu a presença dos Presidentes dos Regionais e registrou a responsabilidade da Justiça Eleitoral perante os movimentos populares que se intensificaram nas duas semanas. Registrou que a Justiça Eleitoral é agente importante na manutenção da democracia representativa. Alertou para que os processos relativos às eleições 2012 sejam julgados com prioridade, a fim de prestar contas da jurisdição eleitoral. Afirmou que será disponibilizado, no sítio do TSE, o quantitativo de processos relativos à lei da ficha limpa julgados pela Justiça Eleitoral, para apresentar à sociedade a intensificação dos trabalhos ocorrida nas últimas eleições. Chamou atenção para as mudanças na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), principalmente em relação às contas dos candidatos eleitos. Ressaltou que o controle da boa governança foi estendido à Justiça Eleitoral. Não apenas a legalidade dos gastos será analisada, mas também a economicidade e eficiência. Registrou que o STF e o TSE entendem que, se a empresa contratada entrar em falência, a União responderá como devedora, e o gestor do contrato poderá arcar com os custos. Sugeriu que os Regionais escolhessem de forma criteriosa os gestores dos contratos, os quais devem estar atentos aos prazos das licitações e à idoneidade das empresas. Noticiou que o processo de biometria está em pleno andamento. Solicitou que nos sítios dos Regionais fossem explicitados os procedimentos para ampliar a informação ao eleitor. Algumas alternativas serão apresentadas para auxiliar os Regionais, inclusive com participação de outros órgãos federais. Solicitou, na próxima reunião, em 30 de julho, o encaminhamento dos resultados ao TSE, a fim de prestar contas à sociedade das despesas e do andamento dos trabalhos relativos à identificação biométrica. Alertou, novamente, para a necessidade de se realizar gastos com parcimônia na campanha de divulgação da biometria, observando a boa governança. Lembrou que o Projeto Judicial Eletrônico foi homologado, e que foi criado o Centro do PJE, com um Comitê Gestor formado com a participação da Procuradoria Geral Eleitoral, OAB e Controladoria Geral da União, com a finalidade de evitar gastos e observando a eficiência administrativa. Afirmou que 14 servidores de Regionais estão participando da implantação do PJE, mas os ônus do treinamento estão sendo altos, principalmente com passagens e diárias.



## **60º Encontro do Colégio de Presidentes Tribunais Regionais Eleitorais Brasília – DF**

Solicitou que os Regionais, em 10 dias, revisassem as condições de trabalho daqueles que se disponibilizaram a participar, em razão do desgaste relatado pelos participantes. Apresentou as demandas de nove Regionais relativas a prédios e espaço físico. Solicitou que, até o dia 30 de julho, os processos sobre a matéria fossem encaminhados ao TSE com dados objetivos sobre a demanda, o nível de urgência/necessidade/aperfeiçoamento, instruídos com fotos e especificação das condições. Quanto às Eleições de 2014, afirmou que a Diretoria-Geral do TSE está antecipando os procedimentos de preparação, com tomadas de providências e planejamento melhor das licitações, para a apresentação do balanço final em novembro. Solicitou o levantamento das pendências relativas às Eleições de 2012 até o dia 30 de julho. Registrou as alterações relativas à comunicação da Justiça Eleitoral, principalmente o espaço cedido na TV Justiça aos Regionais, no intuito de interagir as demandas nacionalmente. Por fim, lembrou a importância do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais para a manutenção, perante o TSE, de um planejamento integrado entre as diversas administrações que se sucederão na Corte Superior. Ato contínuo, foi instalada a sessão solene de abertura do sexagésimo encontro do COPTREL. O Desembargador Marco Villas Boas, Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins, registrou a presença do Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, Desembargador Ari Jorge Moutinho. Dada a palavra ao Desembargador Mario Machado Vieira Netto, procedeu-se à apresentação do estudo da comissão composta pelos Tribunais Regionais Eleitorais do Distrito Federal, Amapá e Roraima sobre a proposta do juiz Marlon Reis acerca do voto transparente. Afirmou que os membros da Comissão agiram de forma dissociada e iniciou sua explanação. Lembrou que o chamado "Voto transparente" foi uma proposta apresentada pelo que o Juiz Eleitoral do TRE-MA, Dr. Marlon Reis, fundador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) no 59º Encontro do Colégio de Presidentes. O sistema habilitaria, num primeiro momento, os candidatos de determinada legenda numa lista preordenada. No primeiro turno, o eleitor votaria numa sigla, de acordo com a identidade do programa partidário. Quanto maior o número de votos, maior seria o número de cadeiras. Em um segundo turno, o eleitor votaria nos candidatos daquele partido, de acordo com as cadeiras obtidas. Elencou as vantagens no modelo proposto: o fortalecimento do sistema partidário; a minimização do personalismo e da transferência de votos, já que, no primeiro turno, o voto seria apenas no partido ou coligação; o resultado das urnas mais fiel à vontade popular, expressada pelo voto, pois, no segundo turno, seriam eleitos efetivamente aqueles mais votados; redução dos custos das campanhas; mais facilidade das campanhas, em face da restrição numérica de candidaturas; e a possibilidade de o eleitor conhecer melhor os candidatos e suas propostas, pois em menor número farão melhor uso do horário para propaganda eleitoral gratuita. O



## **60º Encontro do Colégio de Presidentes Tribunais Regionais Eleitorais Brasília – DF**

Desembargador Gursen de Miranda (TRE-RR) pediu a palavra e apresentou seus estudos sobre a matéria, manifestando-se contrário à proposta em comento. A Juíza Elayne Ramos Koressawa, representante do TRE-AP, afirmou que seria precoce afastar, do Colégio de Presidentes, um estudo mais aprofundado do assunto. O Desembargador Marco Villas Boas destacou a importância de se levar, ao Congresso Nacional, propostas de melhoria do sistema político, principalmente após as manifestações populares que se disseminaram pelo país. Afirmou que a base do sistema apresentado seria a reorganização partidária. Destacou a importância dos partidos políticos para a democracia. A possibilidade de minimizar a influência de chefetes das agremiações. O Desembargador Rogério Coelho (TRE-PR) entendeu que o Colégio não deve se manifestar sobre a proposta, pela existência de inúmeras outras. Afirmou que irá encaminhar um estudo apresentado por um parlamentar sobre a matéria. A Desembargadora Letícia Sardas (TRE-RJ) afirmou que o momento não é propício para a Justiça Eleitoral decidir sobre questões afetas aos partidos políticos, tendo em vista que as vozes populares manifestam o descrédito em relação às agremiações. A Desembargadora Elaine Macedo (TRE-RS) não se sentiu habilitada a decidir sobre a proposta. Demonstrou a necessidade de que fossem realizados maiores estudos sobre a questão. O Desembargador Otávio Leão Praxedes, Presidente do TRE-AL, lembrou que a Justiça Eleitoral é muito cobrada, e que o Colégio de Presidentes deveria endossar a proposta do Voto Transparente, por ser importante para a sociedade. O Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Vice-Presidente do Colégio de Presidentes e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, afirmou a necessidade de o COPTREL redefinir sua função. O Des. Antônio Carlos Cruvinel, Presidente do TRE-MG, destacou que a sociedade requer uma justiça bem aplicada, e não a interferência do Judiciário em questões legislativas. Sugeriu os itens para a Carta de Brasília: reconhecer a necessidade de aprimoramento do sistema democrático do País, que possa garantir uma melhor representatividade dos cidadãos; manifestar apoio aos esforços da Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, referentes à implantação do processo judicial eletrônico no âmbito da Justiça Eleitoral, que proporcionará inegáveis ganhos à atividade jurisdicional desta Justiça Especializada; e finalmente, registram os membros do Colégio de Presidentes a permanente vontade na mobilização de esforços comuns para a excelência da Justiça Eleitoral. O Desembargador Alceu Navarro (TRE-SP) se manifestou pela suspensão da proposta do Voto Transparente. Solicitou sustar, ainda, o pedido realizado no 59º COPTREL, sobre a proposta de encaminhar projeto de lei para possibilitar o pagamento de gratificação eleitoral aos juízes que exercerem as funções de assessoramento na Presidência dos Regionais. O Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Vice-Presidente do Colégio de Presidentes e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, pediu a palavra para reiterar os termos do

[illegible]

Desembargador FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES  
Presidente do TRE-AM e Vice-Presidente do Colégio de Presidentes

Desembargador ANTÔNIO CARLOS CRUVINEL  
Presidente do TRE-MG e Secretário do Colégio de Presidentes